LEI Nº. 191/2006, DE 09 DE OUTUBRO DE 2006.

Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Eldorado do Carajás, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal, do capítulo III da Lei nº. 10.257|01 - Estatuto da Cidade, e do art. 158, da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

PUBLICADO Em, 09/10/06 Cristiane de Jesus Secretária de Administração Port. Nº 356/06

O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJÁS, ESTADO DO PARÁ, no exercício de suas atribuições legais, faz saber que o Povo de Eldorado do Carajás e a Câmara Municipal, aprovam e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DOS PRINCIPIOS NORTEADORES DO PLANO DIRETOR

Art. 1º. - Esta lei institui o Plano Diretor Municipal Participativo do Município de Eldorado do Carajás tendo como fundamento a Gestão Participativa e o Desenvolvimento Municipal de forma Sustentável.

Art. 2º. - O Plano Diretor Municipal Participativo tem como Princípios:

I - o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;

II - a sustentabilidade;

III - a gestão democrática e participativa.

CAPITULO II

DAS DIRETRIZES DO PLANO DIRETOR

Rua da Rodoviária, 30, Centro, Km 2, CEP.: 68.524-000 - Fone: (094) 3347 1114 - Eldorado do Carajás - Pará

Art. 3º. - São Diretrizes para o desenvolvimento municipal sustentável do Plano Diretor Participativo:

I - estruturar e integrar a Administração Municipal de maneira a garantir a implantação do Plano Diretor rumo ao desenvolvimento de todo o Município, tornando-o um processo permanente de planejamento, com programas específicos para cada setor;

II - manter um sistema atualizado de informações econômicas, sociais, físico-territoriais e administrativas à disposição da comunidade;

III - hierarquizar, com a participação da comunidade, os programas e projetos a serem implantados;

IV - promover a integração entre os diversos setores: indústria, comércio e serviços, dinamizando as demais atividades econômicas;

V - proporcionar o alcance dos equipamentos públicos e comunitários e serviços básicos e sociais a todos os setores do Município;

VI - considerar os aspectos regionais e suas influências no desenvolvimento do Município;

VII - garantir o processo de planejamento participativo, através da criação do Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC, integrado aos demais Conselhos Municipais, propiciando à população o acesso a informação e aos instrumentos legais para o exercício da gestão democrática do município.

Art. 4º. - O Plano Diretor Municipal Participativo tem como diretriz o ordenamento do território municipal, considerando as zonas urbanas e rurais e a regularização fundiária de modo a propiciar o direito à terra urbana a todos os munícipes.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR

Art. 5º. - O Plano Diretor Municipal Participativo de Eldorado do Carajás têm como objetivo o desenvolvimento de todo o território municipal baseado no aproveitamento dos recursos naturais, com respeito ao meio-ambiente, no fortalecimento da pecuária leiteira e de corte, da Ovina e Caprinocultura, no apoio à agricultura familiar, no incentivo da agroindústria, na diversificação e crescimento do comércio local, na melhoria da oferta de serviços públicos, no

apoio ao empreendedorismo local e na recuperação e conservação dos córregos, bem como das áreas verdes.

Parágrafo Único. Os objetivos do Plano Diretor Municipal descrito no ***caput*** deste artigo deverão respeitar os instrumentos urbanísticos de uso e ocupação do solo tendo em vista a sustentabilidade ambiental e social.

Art. 6º. - O Plano Diretor, abrangendo a totalidade do território do Município de Eldorado do Carajás, é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e integra o processo de planejamento municipal, devendo o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA incorporar as diretrizes capazes de orientar a ação governamental na gestão da cidade, promovendo igualdade, justiça social e justa distribuição de renda, propiciando melhoria da qualidade de vida dos munícipes, mediante os seguintes objetivos:

I - garantia do direito à cidade sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, a cultura e ao esporte e lazer, para as presentes e futuras gerações;

II - gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III - cooperação entre os governos, a iniciativa privada e demais setores da sociedade no processo de urbanização em atendimento ao interesse social;

IV - planejamento do desenvolvimento da sede do Município e das localidades consideradas urbanas (mapa do macro-zoneamento anexo I), da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município de Eldorado do Carajás e do território sob sua área de influencia, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V - oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população;

VI - ordenação e controle do uso do solo, de forma a coibir:

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos, observando a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
b) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura urbana;
c) a instauração de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;

d) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
e) a deterioração das áreas urbanizadas;
f) a poluição e a degradação ambiental.

VII - integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do Município de Eldorado do Carajás e do território sob sua área de influência;

VIII - adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município de Eldorado do Carajás e do território sob sua área de influência;

IX - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

X - adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;

XI - recuperação dos investimentos do Poder público municipal de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII - proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIII - o Poder Público Municipal e a população interessada interagir-se-ão nas discussões dos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, que colidam ao conforto ou a segurança dos munícipes;

XIV - regularização fundiária de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais urbanísticas, uso e ocupação do solo e edificação, considerando a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;

XV - simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;

XVI - isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social;

XVII - o desenvolvimento sustentável da cidade distribuindo espacialmente a população;

XVIII - ordenação e controle do espaço urbano.

Art. 7º. - O Plano Diretor Municipal Participativo é o instrumento de desenvolvimento da política urbana, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam no Município de Eldorado do Carajás.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Art. **8º.** - O Município de Eldorado do Carajás através do Plano Diretor deverá atuar em busca do desenvolvimento sustentável com o objetivo de impulsionar e diversificar as atividades econômicas e fortalecer a gestão ambiental integrada e participativa.

Art. **9º.** - O desenvolvimento sustentável do Município de Eldorado do Carajás deverá atender as seguintes diretrizes:

I - promover o desenvolvimento sustentável local;

II - fomentar ações de geração de emprego e renda que contribuam para diminuir os impactos ambientais e os índices de pobreza.

Art. 10 - São ações estratégicas:

I - fortalecer a cadeia produtiva de madeira, móveis e artesanato regional como mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável local e de geração de emprego e renda;

II - apoiar as ações de fortalecimento da cadeia produtiva em geral como mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável local e de geração de emprego e renda;

III - adquirir área para o Distrito Industrial do Município, utilizando os mecanismos legais do Estatuto da Cidade e subsidiar na estruturação da infra-estrutura

necessária para o deslocamento das instalações físicas das movelarias e demais indústrias das outras cadeias produtivas que estão fora da zona adequada para esse tipo de atividade na área urbana.

Seção I

Do Desenvolvimento Econômico

Art. 11 - A Política de Desenvolvimento econômico tem como objetivo promover e estimular de forma diversificada o desenvolvimento econômico sustentável do Município de Eldorado do Carajás, sem a degradação ambiental considerando as potencialidades e características locais, mediante as seguintes diretrizes:

I - implantação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sócio econômico, objetivando a geração de emprego e renda;

II - promoção de conscientização da população sobre a conservação do solo e seus benefícios;

III - implantar Infra-estrutura básica para a comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros e demais atividades agrícolas;

IV - redução das desigualdades econômicas e sociais;

V - garantir critérios de multiplicidade de usos no território do Município, visando estimular a instalação de atividades econômicas de pequeno e médio porte;

VI - estimular as iniciativas de produção associativa e cooperativa, as empresas ou as atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenos empreendimentos ou estruturas familiares de produção;

Art. 12 - São ações estratégicas da Política de Desenvolvimento Econômico:

I - definir e assegurar espaços dos quais se possam desenvolver atividades econômicas geradoras de empregos e renda;

II - implantação de locais adequados para escoamento da produção local (feira do produtor);

III - definição de área de exploração da argila e seus derivados de maneira sustentável e manejo adequado sem agressão ao meio ambiente;

IV - hierarquizar e ordenar o sistema viário básico e de transporte municipal, de forma a melhorar o deslocamento de veículos e pedestres no território municipal;

V - implementação de projetos técnicos para os produtores rurais, voltada para a produção de grãos e outras atividades agrícolas e lucrativas;

VI - elaborar plano de desenvolvimento sustentável para o desenvolvimento municipal com impacto no plano regional e estadual;

VII - ampliar a rede de infra-estrutura básica nos pólos da zona rural e na área urbana;

VIII - implantação de cerâmica comunitária visando à produção de subsistência para a população de baixa renda;

IX - implementar políticas públicas de parceria com as instituições federais visando a instalação de instituição financeira voltada para financiamento à produção e a habitação;

X - implementar políticas públicas de parceria com instituições federais prestadores de serviços de aprendizagem e formação (SEBRAE, SENAC, SENAR, SENAI e SESI), a fim de capacitação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho;

XI - ampliar a rede de infra-estrutura básica nas demais vilas e aglomerações urbanas.

Art. 13 - Na implementação da política de desenvolvimento econômico devem ser desenvolvidas as seguintes Ações Estratégicas:

I - fazer o levantamento sistemático das atividades econômicas, especialmente o agronegócio;

II - incentivar a criação de associações e cooperativas, facilitando a linha de crédito nos bancos públicos;

III - implantar novas estradas e vicinais para escoamento da produção.

Subseção I

Do Comércio e Serviços

Rua da Rodoviária, 30, Centro, Km 2, CEP.: 68.524-000 - Fone: (094) 3347.1114 - Eldorado do Carajás - Pará

Art. 14 - A política para o setor de Comércio e Serviços do Município de Eldorado do Carajás tem por objetivo elevar a capacidade empreendedora, tornando o mercado local mais competitivo e diversificado, através das seguintes diretrizes:

I - buscar apoio junto aos órgãos públicos e privados e demais entidades, para estimular o empreendedorismo local;

II - incentivar a regularização das atividades informais.

Art. 15 - São Ações Estratégicas para o desenvolvimento do Comércio e Serviços:

I - Desenvolver programas de capacitação para micro e pequenas empresas;

II - Realizar campanhas de educação fiscal de combate a sonegação;

III - Estimular políticas públicas de apoio a formação e capacitação às práticas gerenciais e administrativas.

Subseção II

Da Indústria

Art. 16 - A política de industrialização do Município de Eldorado do Carajás tem como objetivo incentivar a implantação de indústrias visando a sustentabilidade ambiental e social do território, a partir das seguintes diretrizes:

I - as indústrias deverão ser implantadas na Zona Industrial a ser definida após a realização de estudo técnico de impacto ambiental e de vizinhança, segundo os padrões da legislação Federal e Estadual vigente e com a legislação específica a ser elaborada, segundo as diretrizes desse plano;

II - não poderão ser instaladas no Município, indústrias poluentes ou perigosas, segundo os padrões das Legislação Federal e Estadual, e/ou que estejam em desacordo com as normas municipais vigentes.

Art. 17 - São Ações Estratégicas para o desenvolvimento da Indústria local:

I - a administração deverá estimular e facilitar a instalação de indústrias, ouvindo o Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC;

II - realizar estudos para a identificação e delimitação das áreas adequadas as atividades industriais, ou conforme a categoria de atividade.

Seção II

Do Meio Ambiente

Art. 18 - A política ambiental a ser adotada pelo Município de Eldorado do Carajás, tem por objetivo a diminuição do impacto ambiental na cidade e no campo, recuperando as áreas degradadas e utilizando racionalmente os recursos naturais.

Art. 19 - A política ambiental do município deve atender a seguinte diretriz:

I - preservação dos recursos naturais existente e recuperação de áreas degradas;

II - buscar apoio nas instâncias Federal e Estadual, objetivando a aplicabilidade das legislações pertinentes ao tema;

III - implantar a gestão ambiental integrada e participativa com foco na promoção do desenvolvimento sustentável e na utilização racional dos recursos naturais.

Art. 20 - São ações estratégicas para o meio ambiente:

I - estruturar a Secretaria de Meio Ambiente, garantindo a execução de política pública voltadas à gestão ambiental;

II - implantar o Conselho Municipal do Meio Ambiente e o Fundo Municipal do Meio Ambiente como mecanismos participativos da gestão ambiental, conforme a Lei Municipal nº.: 167/2005;

III - elaborar estudos e pesquisas juntamente com as instâncias Federal e Estadual para:

a) destinação de local adequado para implantação de aterro sanitário;

b) implantar coleta seletiva de lixo orgânico e lixo hospitalar;

c) desenvolver política de educação ambiental junto à população municipal prevenindo a poluição e degradação do meio ambiente.

IV - implementar o licenciamento e a fiscalização ambiental, gerando um banco de dados integrado ao sistema nacional e estadual do meio ambiente;

V - realizar estudos sobre a fisiologia da bacia hidrográfica do município e promover em conjunto com os proprietários rurais a recuperação da mata ciliar e de todos os cursos d'água;

VI - instituir taxas ambientais municipais;

VII - realizar programa de arborização da cidade e dos aglomerados urbanos na zona rural.

Seção III

Do Desenvolvimento Rural

Art. 21 - A política Municipal do setor agropecuário baseado neste Plano Diretor tem por objetivo a melhoria do sistema de fiscalização fitossanitária, a ampliação dos mecanismos de apoio e extensão rural, a recuperação de áreas degradadas e a melhoria do sistema municipal de apoio à agropecuária.

Art. 22 - O setor agrícola e pecuário do Município de Eldorado do Carajás deverá atender as seguintes diretrizes:

I - fortalecer o sistema de fiscalização e defesa sanitária animal e vegetal;

II - ampliar e criar novos mecanismos para o apoio e a assistência técnica rural;

III - qualificar os produtores e lideranças rurais;

IV - estabelecer um programa de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, reinserindo essas áreas no ciclo produtivo;

V - fortalecer e ampliar o sistema municipal de apoio à agricultura e pecuária, promovendo o desenvolvimento sustentável rural e criando base para o agronegócio local;

VI - apoiar a agricultura familiar como base para o desenvolvimento sustentável local.

Art. 23 - São ações estratégicas para agricultura e pecuária:

I - consolidar parceria com os órgãos do sistema de apoio, promoção, financiamento e fiscalização da agricultura e da pecuária visando ampliar os quadros técnicos e recursos de custeio destinados ao município.

II - fortalecer o sistema de vigilância sanitária do município e um trabalho integrado entre as Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Obras e outros organismos afins da administração local, além dos órgãos Estaduais e Federais.

III - buscar parceria para criar Programa de qualificação e formação de Agentes Comunitários de Desenvolvimento Sustentável Rural, oriundo das próprias comunidades e assentamentos, que atuarão como agentes de desenvolvimento local e facilitadores das ações dos órgãos da política agropecuária e terão papel semelhante aos agentes comunitários de saúde;

IV - criar um programa municipal de qualificação do homem do campo;

V - criar mecanismos municipais de extensão rural, contratando profissionais qualificados para a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária;

VI - buscar parceria para adquirir equipamentos agrícolas para apoio à produção;

VII - estimular a criação de hortas comunitárias na zona urbana e rural;

VIII - fomentar o reflorestamento através de ação conjunta entre proprietários rurais, industriais madeireiros, órgãos públicos da área e administração municipal, priorizando espécies florestais da Amazônia e que possam ser industrializadas no próprio município;

IX - revitalizar e ampliar o viveiro municipal;

X - reestruturar a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, dando-lhe suporte físico e financeiro para atuar no apoio ao homem do campo;

XI - implantar o Sistema de Inspeção Municipal (SIM) e criar uma legislação específica de estímulo à produção artesanal de origem animal e vegetal, simplificando suas exigências para estimular o desenvolvimento de produtos desta natureza;

XII - fomentar a produção através de sistema de cooperação entre produtores da mesma cadeia produtiva por regiões no município, estimulando a formação de cooperativas de produção, crédito e consumo;

XIII - fortalecer as associações de produtores através da qualificação de suas lideranças e de apoio administrativo para seu funcionamento.

XIV - fomentar a agricultura orgânica, consorciada e afins em áreas de assentamentos e comunidades rurais;

XV - criar na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária o sistema municipal de cadastro do Imposto Territorial Rural, em parceria com demais órgãos, especialmente o INCRA e o ITERPA, visando criar um cadastro único e um sistema de dados que identifique a produção local;

XVI - buscar parcerias junto aos programas federais e estaduais a cobertura de energia elétrica nos aglomerados urbanos na zona rural, iniciando pela rota de produção de leite onde devem ser implantados sistemas de resfriamento do produto e possibilitar a existência de pequenas indústrias de agronegócios;

XVII - elaborar projetos para implantação de indústrias de beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, nos aglomerados urbanos da zona rural e captar recursos junto aos órgãos financiadores, visando desenvolver a agroindústria local;

XVIII - buscar parceria para implantar o programa de melhoria genética do rebanho, fortalecendo as suas características visando fomentar a bacia leiteira municipal e regional;

XIX - Implementar a estruturação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, promovendo a capacitação dos seus conselheiros e integrando suas ações aos planos de desenvolvimento do município;

CAPÍTULO II

DA INFRA-ESTRUTURA

Art. 24 - O Município de Eldorado do Carajás deverá dotar o seu território de toda infra-estrutura necessária ao bem-estar da população.

Art. 25 - A Política de implantação e consolidação e infra-estrutura municipal devem seguir a seguinte diretriz:

I - garantir e zelar pela infra-estrutura a todas as regiões do Município;

Art. 26 - São ações estratégicas para a melhoria da infra-estrutura municipal:

I - construção de pontes, conforme estudo técnico visando a interligação inter e intra-municipal, conforme o mapa do sistema viário;

II - buscar parcerias para pavimentar a sede, distritos e localidades consideradas urbanas;

III - ampliação e construção de equipamentos públicos municipais de acordo com a demanda;

IV - buscar parceria com o governo estadual e federal para garantir escola de ensino médio para todos;

V - buscar parceria junto aos órgãos competentes para implantação no Município de escola agro-técnica;

VI - adequar os logradouros e repartições publicas municipais com rampas ou similares que garantam o acesso de deficientes físicos, idosos;

VII - captar recursos junto aos organismos institucionais para atingir até pelo menos 100% (cem por cento) das vias urbanas asfaltadas ou bloquetadas, até a expiração do prazo máximo de revisão deste Plano Diretor;

VIII - firmar parceria com a concessionária do setor elétrico promovendo o aumento da oferta de iluminação pública, especialmente nas ruas periféricas, visando atingir 100% (cem por cento) da população.

TÍTULO III

DA PROTEÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA PROMOÇÃO SOCIAL

Art. 27 - A política de promoção social deve estar articulada ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente, visando a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população de Eldorado do Carajás.

Seção I

Da Educação

Art. 28 - A política educacional do Município de Eldorado do Carajás tem por objetivo o fortalecimento do sistema municipal de educação, a universalização da educação básica, a erradicação do analfabetismo, tornando o sistema educacional fundamental mais eficiente e eficaz, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 29 - São diretrizes da política educacional do município:

I - promover o acesso e a permanência de todas as crianças na rede pública municipal, proporcionando-lhes ensino de qualidade e alimentação adequada;

II - promover estudos setoriais do município, implantando novos Equipamentos Públicos de ensino de acordo com as necessidades de cada ano letivo, definindo as prioridades de cada local;

III - propiciar uma interação permanente e útil entre escola e comunidade, de modo que a esta possa contribuir para o desenvolvimento sustentável local e que a comunidade possa contribuir com o fortalecimento do processo educacional;

IV - garantir melhor utilização dos serviços e recursos voltados à educação;

V - garantir a realização de concurso público para todas as áreas;

VI - garantir o acesso a todos os alunos da rede Pública Municipal ao Sistema de Informação digital;

VII - garantir o acesso a todos os alunos da rede Municipal de Ensino ao uniforme e material e escolar básico;

VIII - garantir de forma continuada o acesso aos profissionais da educação em cursos de capacitação e qualificação;

VIX - implementar Políticas Públicas de apoio aos Conselhos Municipais da Educação.

X - implementar sistema de avaliação institucional e profissional, criando mecanismos de premiação aos melhores resultados;

XI - Implantar a Biblioteca Pública Municipal como espaço de interação entre a comunidade e os bens culturais da humanidade.

Art. 30 - São ações estratégicas para o setor educacional:

I - buscar recursos junto às demais instâncias de governo para a ampliação de investimentos na educação, de acordo com as diretrizes e objetivos estabelecidos pela Legislação Superior de Educação;

II - estimular e dinamizar a participação dos Conselhos Municipais de Educação;

III - articular e estimular a integração entre as escolas municipais, estaduais e particulares, propondo o intercâmbio de informações e de assistência com instituições públicas e privadas;

IV - viabilizar projetos pedagógicos e formular política educacional que integrem as diferentes redes e os diferentes graus de ensino;

V - garantir a realização de concurso público para todas às áreas;

VI - promover programas de qualificação e formação continuada para os profissionais da educação;

VII - estabelecer indicadores para o processo de avaliação permanente dos profissionais da educação;

VIII - criar sistema de premiação institucional e para os profissionais que estão em atividade de docência e atingirem metas de desempenho, inserindo noções de eficiência e eficácia no processo de ensino-aprendizagem;

IX - buscar parceria com as indústrias e comércio local visando apoiar o ingresso e permanência de trabalhadores no Ensino de Jovens e Adultos - EJA;

X - organizar curso pré-vestibular público para jovens de baixa renda;

XI - fortalecer as atividades extra-classe em parceria com demais órgãos da administração municipal e de outras instâncias do poder público municipal, privilegiando temas de interesse local e que tenham repercussão positiva no desempenho escolar e no desenvolvimento local;

XII - implantar laboratórios de informática, de ciências e espaço de atividades complementares nas escolas, melhorando o nível de formação escolar e erradicando o analfabetismo digital no município;

XIII - buscar a implantação de cursos superiores presenciais a curto prazo;

XIV - criar indicadores de desempenho institucional para orientar o processo de tomada de decisões;

XIV - estabelecer padrões de qualidade para o processo de atendimento das escolas e demais partes interessadas;

XV - implementar políticas públicas de transporte escolar adequado para os alunos da rede municipal de ensino;

Seção II

Do Esporte e Lazer

Art. 31 - A política municipal de esporte e lazer tem por objetivo pleno desenvolvimento físico, mental e social de seus habitantes, garantindo a acessibilidade de todos os cidadãos aos equipamentos públicos para a referida prática.

Art. 32 - As diretrizes para o esporte e o lazer no município são:

I - expandir a prática do esporte em diferentes modalidades;

II - buscar a integração entre a comunidade e as atividades desenvolvidas nos centros esportivos, possibilitando a efetiva participação nos programas de esportes coletivos, principalmente no período noturno e finais de semanas;

III - viabilização de projetos esportivos que integrem as diferentes regiões do município através de recreação sadia e construtiva;

IV - apoiar e incentivar a prática de esportes olímpicos e para-olímpicos;

V - promover ações esportivas, em consonância com a utilização racional e adequada dos bens naturais e culturais existentes, equipamentos e serviços básicos;

VI - Propor a criação de áreas verdes destinadas ao lazer da população, tais como bosques, jardins, praças arborizadas, trilhas ecológicas, etc.;

VII - Incentivar e apoiar as iniciativas de escolinhas de futebol e outras modalidades dentro do esporte e lazer.

Art. 33 - São ações estratégicas:

I - criação e implantação de núcleos poliesportivos com escolinhas de Esportes nas diferentes modalidades;

II - contratação de profissionais qualificados;

III - Capacitação dos coordenadores técnicos e professores esportivos, com o objetivo de aprimorar a qualidade das equipes de competição e das aulas ministradas nas Escolinhas de Esportes;

IV - Implantação de projetos que visem estruturar as Escolinhas de Esportes e Centros Esportivos com equipamentos necessários;

V - Firmar parcerias com as demais instancias de governo e iniciativa privada, criando melhores condições para as práticas de esporte e lazer;

Rua da Rodoviária, 30, Centro, Km 2, CEP.: 68.524-000 - Fone: (094) 3347 1114 - Eldorado do Carajás - Pará

VI - Promover Políticas Públicas no Esporte e Lazer na preparação das equipes em competições municipal e regional;

VII - Reestruturar o Departamento de Esporte e Lazer;

VIII - estruturar em conjunto com a coordenação pedagógica da secretaria de educação e de cada escola as atividades esportivas, envolvendo alunos e professores no processo de planejamento e execução;

IX - fortalecer a liga esportiva municipal e os diversos clubes, envolvendo em atividades educativas, ambientais e de formação de dirigentes, treinadores, monitores e árbitros nas diversas modalidades esportivas.

Seção III

Da Cultura

Art. 34 - A política municipal voltada para a cultura e o turismo baseado neste Plano Diretor tem por objetivo o incentivo e apoio das atividades culturais.

Art. 35 - São diretrizes voltadas à cultura:

I - reconstituir, através de pesquisas, dentro e fora do Município, à história da cidade desde a sua fundação, atualizando-a cada ano;

II - transformar em patrimônio histórico e cultural do Município, o memorial do massacre dos sem terras;

III - estimular, através da arte, o exercício da cidadania e da auto-estima dos Eldoradenses, especialmente dando aos jovens uma perspectiva de futuro com dignidade;

IV - o órgão responsável pela Cultura deverá estreitar as ligações com os órgãos governamentais e entidades mantenedoras da cultura, visando obter informações e assessoria técnica para o desenvolvimento de atividades;

V - incentivar projeto para criação de uma Casa de Cultura, que deverá reunir e conservar documentos, livros, discos, fitas, objetos e peças de diversos gêneros que contribuam para o conhecimento e estudos da história e cultura do município;

VI - estimular financiamentos de projetos culturais mediante a criação de fundos específicos, possibilitando a difusão das manifestações culturais;

VII - incentivar a criação do "TEATRO MUNICIPAL", destinado a promover eventos culturais e outras atividades;

VII - estimular a criação de pólos de ensino de artes e de desenvolvimento cultural no município;

VIII - estimular a inserção de conteúdo mínimo sobre a história do município no planejamento anual e no projeto pedagógico das escolas do município.

CAPÍTULO II

DA PROTEÇÃO SOCIAL

Seção I

Da Saúde

Art.36 - A Política Municipal de Saúde objetiva garantir atendimento integral da população aos serviços básicos da saúde, priorizando as ações preventivas, melhorar a qualidade e ampliar a oferta dos serviços hospitalares e ambulatoriais, promover com cobertura integral do município as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, buscando o fortalecimento do sistema municipal de saúde, em consonância com o artigo 196 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Saúde gerenciará o sistema de saúde municipal de acordo com os princípios legais do SUS - Sistema Único de Saúde, garantindo a universalidade, igualdade, equidade, integralidade, intersetoriedade, descentralização e controle social, em consonância com as diretrizes da Conferência Municipal.

Art. 37 - O Plano Diretor Municipal Participativo visa atender os objetivos da saúde descritos no ***caput*** do art. 36, mediante tais diretrizes:

I - implantar e Implementar políticas públicas com autonomia no gerenciamento de todas as ações e serviços de saúde, voltadas para proteção, promoção e recuperação da saúde dos munícipes;

II - adotar a intersetorialidade como ação política para articular os diversos setores e órgãos municipais com ações de informação e educação em Saúde.

III - implementar políticas públicas de apoio às instituições não governamentais, bem como aos Conselhos Municipais, que atuam na área da saúde;

IV - Implementar Políticas Públicas nos Programas de Saúde da Família – PSF.

Art. 38 - São ações estratégicas da área da saúde a serem implementadas:

I - na atenção básica, que contempla o conjunto de ações estratégicas mínimas necessárias, para a atenção adequada aos problemas de saúde mais freqüentes na população:

a) - ampliar as unidades de saúde da família com o objetivo de promover a qualidade de vida e a saúde preventiva;

b) - expandir o Sistema de Saúde Municipal de acordo com o crescimento populacional e de suas necessidades, definindo ações e programas de acordo com o perfil epidemiológico da população a ser atendida;

c) - garantir e facilitar à população carente o acesso aos medicamentos, através da pactuação entre as instâncias de governo;

d) - desenvolver ações específicas garantindo a todos, condições satisfatórias de transporte e acessibilidade aos equipamentos públicos e serviços de saúde, sobretudo para a população da zona rural;

e) - reorientar, implementar e garantir ações básicas dos sistemas de Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Nutricional e Ambiental, bem como as atividades de Saúde do Trabalhador para o acompanhamento, a fiscalização, o controle e a avaliação das ações e serviços de saúde;

f) - promover política de educação sanitária, conscientizando e estimulando a participação popular nas ações de saúde;

g) - ampliação dos Equipamentos Públicos Municipais;

h) - implementar políticas públicas de apoio na organização dos Conselhos Municipais voltados à Saúde e na capacitação dos Conselheiros;

i) - realizar bienalmente conferências de saúde;

j) - implementar Políticas Públicas de expansão do quadro de Agentes Comunitários de Saúde - ACS.

II - Na atenção de média complexidade, que contempla ações especializadas de suporte à rede de atenção básica, possibilitando a organização lógica, hierarquizada e integrada do atendimento, com as seguintes estratégias:

'19

a) - implementar política publica de pactuação regionalizada do atendimento de serviço especializado de média complexidade, viabilizando o acesso aos meios de diagnoses especializadas para melhor eficiência dos atendimentos;

b) - implementar Centro de Habilitação e Reabilitação para minimizar seqüelas e garantir a recuperação e a autonomia do paciente e sua reintegração familiar e social, de acordo com as disponibilidades financeiras do Município;

c) - estimular a implantação de novos leitos de internação hospitalar para o atendimento de acordo com a demanda.

III - Na atenção de alta complexidade, que contempla as ações mais complexas do sistema de atendimento, da qual o Município deverá criar condições para:

a) - definir a pactuação e o sistema de referência e contra-referência da alta complexidade regional, com o objetivo de otimizar recursos financeiros e garantir atendimento aos munícipes.

Art. 39 - A Secretaria Municipal de Saúde, para viabilizar as medidas apresentadas, deverá elaborar prioridades, indicando os prazos para execução e os recursos humanos e materiais necessários, o que fará parte do plano plurianual de investimento do Município.

Seção II

Da Assistência Social

Art. 40 - A Política Municipal de Assistência Social tem como objetivo garantir o acesso à política de Assistência Social, a quem dela necessitar, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/93), através da oferta de programas que atendam:

I - à família;

II - à criança e adolescente;

III - ao idoso;

IV - à pessoa portadora de necessidades especiais;

V - ao migrante e morador de rua.

Art. 41 - São diretrizes da política de Assistência Social:

I - priorizar o atendimento da política de assistência social na centralidade da família, conforme prevê a Política Nacional de Assistência Social;

II - estruturar os programas da área de proteção social básica;

III - implementar programas na área de proteção social especial de média e implantar políticas de alta complexidade, voltados principalmente à criança e ao adolescente, no que diz respeito ao enfrentamento da violência sexual e proteção social ao adolescente em situação de conflito com a lei, conforme preconiza a Lei 8069/90;

IV - implantação de programas de atenção ao idoso e pessoas com necessidades especiais;

V - implantar políticas públicas de assistência social, de apoio às organizações não governamentais - ONG's;

VI - implantar programa de atendimento ao migrante e ao morador de rua;

VII - implantar políticas públicas de articulação com todas as instâncias de governo, bem como, com entidades representantes da sociedade civil e de classes, para o desenvolvimento de serviços, programas e projetos de assistência social;

VIII - garantir a prestação da assistência jurídica gratuita aos cidadãos de baixa renda, visando à promoção e a proteção social, através da Defensoria Pública;

IX - fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal da Assistência Social;

X - desenvolver o processo de atendimento descentralizado, facilitando o acesso e a participação da população do município nos programas de atendimento à família, criança, adolescente, idoso e a quem dela necessitar.

Art. 42 - A Política Municipal de Assistência Social deverá adotar as seguintes ações estratégicas:

I - buscar recursos junto as instâncias de governo para a ampliação de investimentos na Assistência Social, de acordo com as diretrizes e objetivos estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social;

II - a Secretaria Municipal de Assistência Social, deverá, a fim de reorganizar e fortalecer sua política, estimular a integração e parceria entre as demais instâncias de governo, e outras instituições privadas;

III - Elaborar o Plano Municipal de Assistência Social com a participação da sociedade civil;

IV - elaborar um diagnóstico social de forma a obter dados quantitativos e qualitativos da realidade sócio-econômico da população do Município, objetivando a adequação dos programas da Área da Assistência Social à realidade local, sempre que necessário, para orientação dos programas e ações;

V - elaborar, juntamente com o órgão municipal competente, mapa temático do Município, identificando áreas de risco sócio-econômico, inadequadas e outros dados relevantes às futuras ações sociais;

VI - promover a infra-estrutura adequada aos Conselhos Municipais, voltado à participação no planejamento, monitoramento e controle da política pública de assistência social;

VII - implantar o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS - através do Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF;

VIII - implantar o Programa de enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra a criança e o adolescente;

IX - criar programas de proteção sócio-educativo destinado à criança e ao adolescente em regime de abrigo (casa de passagem/temporário);

X - implantar ações sócio-educativas de prevenção (palestras, debates e oficinas), nas escolas, a fim de combater as problemáticas sociais existentes no município;

XI - contratação e capacitação de profissionais Interdisciplinar visando a melhoria no atendimento das políticas públicas sociais;

XII - realizar bienalmente, Conferências Municipais, como espaço participativo popular de avaliação e reformulação da política municipal de assistência e promoção social e dos direitos das crianças e adolescentes.

Parágrafo Único: Os Conselhos Municipais a que se refere o inciso VI são:

a) - Conselho Municipal de Assistência Social;

b) - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) - Conselho Tutelar.

Seção III

Da Segurança

Art. 43 - Tendo em vista que a segurança pública é competência do Estado, o Município de Eldorado do Carajás apoiará as ações do sistema de segurança pública e do poder judiciário, além do que, promoverá ações voltadas ao combate, à prevenção da segurança, mediante os órgãos da administração direta e dos conselhos municipais.

Art. 44 - A segurança pública no Município de Eldorado do Carajás obedecerá a seguinte diretriz:

I - apoiar as ações do sistema de segurança pública e do poder judiciário, visando melhorar o nível de segurança da população e fortalecer a interatividade comunitária do sistema.

Art. 45 - São ações estratégicas:

I - fortalecer o Conselho Interativo de Segurança e Justiça (CISJU) como espaço de interação da comunidade com o sistema de segurança pública, realizando capacitação para seus conselheiros e dando-lhe suporte para os trabalhos;

II - buscar parceria com o sistema de segurança pública para criar PM-Box nos bairros e principais aglomerados urbanos na zona rural;

III - realizar ações educativas preventivas para segurança pública, especialmente com a população juvenil.

Subseção I

Da Segurança do Consumidor

Art. 46 - O Poder Público Municipal de Eldorado do Carajás deverá implantar o programa de orientação e defesa do consumidor - PROCON.

Art. 47 - O Município de Eldorado do Carajás no que tange sua competência em relação às normas e instrumentos de proteção ao Direito do Consumidor observará a seguinte diretriz:

I - criar o programa de orientação e defesa do consumidor aliado às estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável local.

Art. 48 - São ações estratégicas de competência do município em relação ao consumidor:

I - integrar o órgão de orientação e defesa do consumidor às ações administrativas responsáveis pela promoção do desenvolvimento sustentável local;

II - buscar parceria junto ao Poder Judiciário para implantar Vara de Pequenas Causas e a Ouvidoria no município;

III - destinar recursos para realização de campanhas de educação do consumidor com foco na mudança nos hábitos de consumo visando construir sociedades sustentáveis.

TÍTULO IV

DA ESTRUTURAÇÃO E ORDENAMENTO TERRITORAL

CAPÍTULO I

DO DIREITO A TERRA URBANA

Seção I

Da Regularização Fundiária

Art. 49 - O Poder Público Municipal deverá promover através dos instrumentos para finalidades dispostas na Lei nº 10.257|01 - Estatuto da Cidade e contemplado neste Plano Diretor promover e facilitar a regularização fundiária dos loteamentos existentes, ocupações irregulares, áreas de favelas, dentre outros espaços que necessitarem, bem como, estabelecer critérios para novos loteamentos e coibindo as ocupações em áreas de risco.

Art. 50 - O poder público municipal deve incentivar os projetos de interesse social, adequando as normas urbanísticas às condições sócio-econômicas da população, simplificando os processos de aprovação de projetos e o licenciamento de habitação de interesse social, de modo a garantir o acesso a terra urbana à população de baixa renda.

Seção II

Da Delimitação e Subdivisão Físico-Territorial

Art. 51 - A política municipal de ordenamento territorial tem como linha estratégica revisar a Legislação de Limites Municipais, de Divisão Distrital, e do Perímetro

Urbano, para aplicação dos instrumentos previstos no art. 4º da Lei Federal 10.257/01, a serem definidos na legislação urbanística.

Art. 52 - São diretrizes da política de ordenamento territorial:

I - Busca do desenvolvimento e auxílio técnico e financeiro dos órgãos das esferas Federal e Estadual, além de Entidades e órgãos da Iniciativa Privada;

II - Garantia da articulação com a comunidade local os municípios envolvidos nas discussões sobre os limites territoriais em litígio.

Art. 53 - As Ações Estratégicas da política de ordenação territorial devem ser desenvolvidas as seguintes ações estratégicas:

I - Articular com a Assembléia Legislativa e com os Municípios vizinhos, para revisão dos limites territoriais;

II - Produzir material cenográfico atualizado, em escala municipal e urbana para efeito de detalhamento e implementação dos instrumentos de gestão territorial;

III - Criar banco de dados quantitativo e qualitativo em todas as localidades do Município (vilas, distritos, comunidades, aglomerados) para identificação de novas áreas urbanas para ampliação dos serviços de infra-estrutura e ordenamento, do uso de ocupação, conforme os parâmetros, a serem definidos na Lei Municipal específica;

IV - Mapear e traçar o perfil sócio-econômico e territorial, para fins de instituição de perímetro urbano e elaboração do plano de urbanização e regularização da terra urbana, de todos os núcleos urbanos que atenderem aos seguintes critérios:

a) - aglomerados urbanos já consolidados;
b) - próximos à sede de distritos rurais;
c) - localizados em áreas sem restrições à ocupação;

Seção III

Da Política de Habitação

Art. 54 - A política habitacional do Município de Eldorado do Carajás tem por objetivo elaborar e implantar programas habitacionais, apoiando o surgimento de cooperativas ou outras formas associativas e prestando assistência técnica para construção de imóveis para a população de baixa renda.

Parágrafo Único. Os programas habitacionais referido no ***caput*** deste artigo deverá garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental, por intermédio das políticas de desenvolvimento econômico e de gestão ambiental.

Art. 55 - A Política Municipal de Habitação deverá orientar o poder público municipal e a iniciativa privada, para criar meios de promover o acesso à moradia, em especial às famílias de menor renda de forma integrada com as políticas de desenvolvimento urbano, através dos seguintes objetivos:

I - promover política urbanística e regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares, inclusive de áreas centrais degradadas;

II - agilizar e priorizar a regularização de loteamentos e núcleos habitacionais existentes, coibir as ocupações em áreas de risco e não edificadas, a partir da ação integrada dos setores municipais responsáveis pelo planejamento, controle urbano, defesa civil, obras e manutenção e as redes de agentes comunitários ambientais e de saúde;

III - adequar as normas às condições sócio-econômicas da população, simplificando os processos de aprovação de projetos e o licenciamento de Habitação de Interesse Social;

IV - definir áreas de interesse social para execução de projetos habitacionais em áreas próximas ao centro, já providas de infra-estrutura e com topografia adequada, utilizando instrumentos urbanísticos previstos na Lei;

V - garantir alternativas habitacionais para a população removida das áreas de risco ou decorrentes de programas de recuperação ambiental e intervenções urbanísticas;

VI - Incentivar os projetos de interesse social com índices específicos que garantam a execução de empreendimentos de baixo preço, evitando a "elitização" das normas urbanísticas;

VIII - fortalecer os mecanismos e instâncias de participação com representantes do poder público municipal, dos usuários e do setor produtivo na formulação e deliberação das políticas habitacionais, definindo as prioridades e na implementação dos programas e ou projetos municipais.

IX - promover a melhoria das condições de habitabilidade nas moradias já existentes, considerando a salubridade, a segurança, a infra-estrutura e o acesso aos serviços e equipamentos urbanos.

X - planejar o crescimento da cidade, evitando ocupações irregulares em áreas impróprias, tais como, antigos lixões, área de preservação ambiental e similar.

Art. 56 - São ações estratégicas da política municipal de habitação:

I - desenvolver o plano municipal de habitação de interesse social, compatibilizando-os com os parâmetros específicos da legislação de uso, ocupação e parcelamento do solo e com os Códigos de Obras e Posturas;

II - diagnóstico das condições de moradia no Município;

III - identificação das demandas por Pólos e a natureza das mesmas;

IV - definição de metas de atendimento da demanda, com prazos, priorizando as áreas mais carentes;

V - articulação com planos e programas da região e dos planos de governos estadual e federal;

VI - elaborar e instituir o programa de melhoria habitacional e urbanização dos Espaços Urbanos Degradados, respeitada a situação socioeconômica da população;

VII - atuar em conjunto com a União, o Estado e os Agentes do Sistema Nacional de Habitação, especialmente a Caixa Econômica Federal, estimulando a participação da iniciativa privada na construção de imóveis de baixa renda;

VIII - disponibilizar assistência técnica e jurídica para a comunidade de baixa renda de ocupações irregulares em áreas particulares, visando à regularização dessas áreas e ao estabelecimento de critérios para titulação de propriedade de seus ocupantes;

Parágrafo Único. As áreas sob o domínio da União, só serão objetos de regularização por parte do Município, após a transmissão da légua patrimonial ao domínio da municipalidade.

Subseção I

Da Habitação de Interesse Social

Art. 57 - A Política de habitação de interesse social do Município de Eldorado do Carajás, objetiva reduzir e estabelecer normas especiais para a habitação de interesse social, flexibilizando a regulamentação urbanística geral.

Art. 58 - A Política habitacional de interesse social do município deve seguir as seguintes diretrizes:

I - fomentar a criação de zonas especiais de interesse social objetivando expandir o Município de forma ordenada e com moradia digna a população de baixa renda.

§ 1º: - As áreas de Especial Interesse Social citada no inciso I deste artigo constituem-se em área que por suas características seja destinada à habitação da população de baixa renda, tal como:

a) a área ocupada por assentamentos habitacionais de população de baixa renda onde houver o interesse de regularização jurídica da posse da terra, a sua integração à estrutura urbana e a melhoria das condições de moradia;

b) o lote ou gleba não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, necessário à implantação de programas habitacionais para a população de baixa renda.

§ 2º. - Para fins do inciso I deste artigo esta lei cria a ZEIS - Zona Especial de Interesse Social conforme a área identificada no mapa **6**, anexo II, descrito no o art. 67 (Zoneamento Urbano).

II - definir em legislação específica as áreas especiais de interesse social e de preservação ambiental, na zona urbana e rural, de modo a compatibilizar o processo de expansão urbana na sede do município e nos aglomerados urbanos na zona rural, utilizando os instrumentos de regularização fundiária e desenvolvimento urbano previstos no Estatuto da Cidade.

Art. 59 - São ações estratégicas da habitação de interesse social:

I - criar um fundo municipal, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar a política municipal de interesse social e se habilite a receber os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS);

II - constituir um conselho municipal composto por representantes da área de habitação da sociedade civil, além de entidades públicas e privadas;

Parágrafo Único. A proporção destinada aos representantes dos movimentos populares será de ¼ (um quarto) das vagas.

III - elaborar o Plano Municipal Habitacional de Interesse Social.

CAPÍTULO II

DO MACROZONEAMENTO

Art. 60 - O macrozoneamento é o estabelecimento de áreas diferenciadas visando a combater a poluição, a degradação e o esgotamento dos recursos naturais, reduzindo os impactos ao meio ambiente micro-regional e garantido a convivência harmônica entre as diversas formas de uso, ocupação e expansão urbana.

Art. 61 - O território municipal está dividido em 02 (duas) Macro-Zonas, cujos limites estão demarcados no mapa A5, anexo III, integrante desta lei:

I - Macrozona Rural;

II - Macrozona Urbana;

§ 1º. - As plantas indicadas no mapa A5 de Macrozoneamento, integrantes desta lei, são representações esquemáticas, devendo as legislações municipais específicas apresentar em material cartográfico apropriado à demarcação gráfica e descritiva do macrozoneamento proposto neste plano.
§ 2º. - A subdivisão das macrozonas, leva-se em consideração a estrutura e composição do territorial municipal segundo critérios físico-territoriais, ambientais, culturais, capacidade de infra-estrutura, densidade, uso e ocupação do solo, dentre outros.

Seção I

Macrozona Rural

Art. 62 - A Macrozona Rural identificada no mapa A5 de Macrozoneamento, a que se refere o artigo 61, é justamente as áreas onde não foram identificadas as localidades, vilas ou aglomerações urbanas no referido mapa.

Parágrafo Único. A Macrozona a que se refere o ***caput*** deste artigo será objeto de aplicação de infra-estrutura e serviços públicos onde couber, principalmente nas vicinais que interligam a zona rural a sede do município e outras localidades consideradas urbanas, além das pontes.

Seção II

Macrozona Urbana

Art. 63 - Como Macrozona Urbana são consideradas a sede do município e as outras localidades consideradas como urbanas identificadas no mapa de Macrozoneamento, onde poderão ser aplicados os instrumentos urbanísticos previstos na Lei Federal nº. 10.257/01 - Estatuto da Cidade, com objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade

urbana e para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES DO ZONEAMENTO URBANO

Art. 64 - Lei municipal específica determinará, parâmetros diferenciados, conforme a capacidade sócio-econômica, de infra-estrutura e físico-ambiental, para o uso e ocupação do solo, bem como, para aplicação e sanções referentes aos instrumentos urbanísticos previstos na Lei Federal nº. 10.257/01 - Estatuto da Cidade, que buscam o cumprimento da função social da cidade e propriedade urbana, conforme os objetivos das diferentes Zonas Urbanas definidas nesta lei.

Art. 65 - A política de estruturação e gestão urbana tem como objetivo a revitalização dos espaços urbanos degradados e combate à incompatibilidade entre uso, ocupação e sistema viário, através da elaboração das legislações urbanísticas específicas, conforme as determinações do Estatuto da Cidade para aplicação dos instrumentos da Política Urbana.

Art. 66 - São Ações Estratégicas:

I - viabilizar parcerias com o governo do estado e a iniciativa privada para com a pactuação do Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC implementar os instrumentos de regularização fundiária e urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e que serão tratados em Lei Municipal específica;

II - promover negociação e articulação junto aos órgãos competentes, para fins de regularização de áreas destinadas à expansão urbana, a serem demarcadas na Lei de Perímetro e Expansão Urbana;

III - atualizar e/ou elaborar material cartográfico e o cadastro técnico municipal, para subsidiar a elaboração da legislação urbanística.

Seção I

Do Zoneamento Urbano da Sede

Art. 67 - A Sede Municipal definida como Núcleo Urbano Consolidado, para fins de planejamento e gestão territorial, fica subdividida conforme o mapa 6, anexo II, nas seguintes zonas:

I - zona dos Eixos Estruturantes do km "2" e km "100";

II - zona de Recuperação e Proteção do Rio Vermelho e Córregos;

III - zona de Áreas Alagáveis;

IV - zona de Áreas Impróprias;

V - zona Especial de Interesse Social - ZEIS;

VI - zona de estruturação e consolidação urbana;

VII - zona Rural Pretendida para Expansão Urbana;

Subseção I

Zona do Eixo Estruturante

Art. 68 - A Zona denominada de Eixo Estruturante identificada no mapa 6, do anexo III, que define o zoneamento urbano da sede do município, descrita no inciso I do art. 67, abrange 02 (dois) eixos estruturantes, sendo caracterizados como áreas centrais da sede municipal, onde está concentrado o pólo de atração, face à localização do comércio e serviços, bem como, para o uso residencial.

§ 1º. - O Município de Eldorado do Carajás teve a consolidação de seu espaço urbano em 02 (dois) núcleos habitacionais com características semelhantes, ocasionando o surgimento de um eixo estruturante para cada núcleo, sendo:

a) - eixo estruturante do KM 02, localizado no início da PA - 275;
b) - eixo estruturante do KM 100, localizado as margens da PA - 150.

§ 2º. - Os dois eixos estruturantes descritos no § 1º. do art. 68, obedecerão aos objetivos de que trata esta subseção no que couber, especialmente sobre a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade contemplados neste Plano Diretor.

Art. 69 - Nos Eixos de Estruturação Urbana da sede municipal objetiva-se alcançar transformações urbanísticas estruturais para obter melhor aproveitamento das condições de infra-estrutura instalada, por meio das seguintes diretrizes:

I - estímulo às atividades de comércio, serviços e indústrias de pequeno porte não imprópria e/ou inconvenientes com relação a sua atividade;

II - reorganização urbanística, de infra-estrutura e transporte;

III - atendimento às necessidades de consumo da população;

IV - estímulo à implantação de novos postos de trabalho;

Art. 70 - São ações estratégicas para os dois (02) eixos estruturantes:

I - elaborar leis municipais urbanísticas que tenham aplicabilidade adequada para esta zona visando o ordenamento e ocupação planejada do território compreendido pela mesma;

II - estimular e facilitar a ocupação do eixo estruturante como zona de uso misto, ou seja, específica para comércio, residências e indústrias definidas no inciso I deste artigo;

III - estimular e apoiar a diversificação do comércio e serviços nesta zona, com a finalidade de promover a consolidação das atividades desta área;

Art. 71 - O poder público municipal deverá estimular e facilitar com a pactuação do Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC o remanejamento das indústrias e demais atividades principalmente a madeireira localizada nesta zona como forma de garantir a consolidação dos objetivos da mesma tendo em vista a sua característica habitacional e comercial.

§ 1º. - As indústrias e demais atividades a que se refere o ***caput*** do artigo anterior estão identificadas no mapa 6, anexo II, de zoneamento urbano da sede do município.

§ 2°. - As indústrias e demais atividades a que se refere o ***caput*** do artigo anterior localizadas nesta zona são consideradas incompatíveis e/ou inconvenientes, face às características da mesma, principalmente quanto a organização e ocupação desta área urbana.

Art. 72 - O poder executivo municipal deverá promover a integração e complementaridade entre os dois eixos estruturantes identificados no mapa "6" de uso e ocupação do solo, com ênfase à organização do sistema viário de interligação entre ambos, promovendo maior acessibilidade e mobilidade da população.

Subseção II

Zona de Recuperação e Proteção do Rio Vermelho e Córregos

Art. 73 - A Zona de Recuperação e Proteção identificada no mapa "6" que define o zoneamento urbano da sede do município, descrita no inciso I do art. 67, refere-se ao rio vermelho e seus afluentes e córregos que circundam a cidade.

Parágrafo Único. A zona de recuperação e proteção ambiental do rio e córregos descrita acima é considerada área vulnerável, sujeita à ação humana desenfreada e irregular, agredindo o meio ambiente.

Art. 74 - Para efeitos do ordenamento territorial do município, em virtude da expansão urbana deve obrigatoriamente ser respeitados os limites de uso e ocupação do solo até a área considerada de recuperação e proteção identificada no mapa "6", obedecida aos parâmetros da legislação federal, estadual e municipal vigente.

Subseção III

Zona de Áreas Alagáveis

Art. 75 - A Zona de Áreas Alagáveis identificada no mapa "6" que define o zoneamento urbano da sede do município, descrita no inciso I do art. 67, é constituída por áreas que estão localizadas próximas ao rio vermelho e afluente que corta parte do núcleo urbano localizado no KM 02 da PA - 275.

§ 1º. - As áreas a que se refere o ***caput*** *deste artigo* sofrem constantes inundações no período chuvoso, caracterizando situação de risco para a população que residem às suas margens.

§ 2º. - Essa zona é uma área vulnerável a degradação ambiental do córrego, em face de ocupação irregular do espaço urbano que nela gerou.

Art. 76 - São ações estratégicas para a zona de áreas alagáveis:

I - garantir a preservação e recuperação ambiental da área, através da legislação ambiental municipal existente;

II - coibir a expansão urbana nas áreas consideradas de risco ambiental e de inundação;

III - adotar medidas de remanejamento dos habitantes considerados em situação de risco desta zona para outras áreas que possuam condições de infra-estrutura para uma moradia digna.

Subseção IV

Zona de Áreas Impróprias

Art. 77 - A Zona de Áreas Impróprias identificadas no mapa "6" que define o zoneamento urbano da sede do município, descrita no inciso I do art. 67, trata-se de área localizada entre os dois núcleos (02) urbanos, Km 02 e Km 100, nas proximidades do Rio Vermelho.

§ 1º. - São áreas formadas por pequenas lagoas intercaladas e, no período chuvoso ocorre alagamento parcial e às vezes total;

§ 2º. - Essas áreas são consideradas inadequadas para habitação e para se desenvolver atividades comerciais;

Art. 78 - São ações estratégicas para a zona de áreas impróprias:

I - implementar políticas públicas visando zelar pela proteção ambiental dessa área através da legislação municipal existente;

Subseção V

Zona Especial de Interesse Social - ZEIS

Art. 79 - A Zona Especial de Interesse Social - ZEIS - identificada no mapa "6" que define o zoneamento urbano da sede do município, descrita no Inciso I do Art. 67, é uma área demonstrada pelos mapas "7" e A8 de uso do solo e risco social respectivamente, que detêm as características necessárias para configuração de tal zona, sobretudo, por ser uma área ocupada predominantemente por famílias de baixa renda sujeitas aos riscos sociais peculiares a esses locais.

Parágrafo Único. Fica instituído a ZEIS - Zona Especial de Interesse Social descrita no caput deste artigo, mediante a pactuação decorrente do processo de elaboração deste Plano Diretor.

Art. 80 - Para efeitos desta lei, as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, são terrenos públicos ou particulares ocupadas por população de baixa renda, ou por assentamentos assemelhados em relação aos quais haja interesse público em promover a urbanização, a regularização fundiária e a melhoria da infra-estrutura, através de tratamento diferenciado em legislação municipal específica a ser elaborada.

§ 1°. - Poderão também ser criadas ZEIS, em terrenos não edificados ou sub-utilizados.

§ 2°. - Poderão ser criadas outras ZEIS em legislação específica com a devida pactuação do Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC.

Subseção VI

Zona de Estruturação e Consolidação Urbana

Art. 81 - A Zona de Estruturação e Consolidação Urbana identificada no mapa "6" que define o zoneamento urbano da sede do município, descrita no Inciso I do Art. 67, são aquelas áreas que já existe um quantitativo de infra-estrutura e serviços públicos postos à disposição da população e, requerem implantação daqueles serviços públicos inexistentes ou ampliação dos serviços públicos insuficientes.

Parágrafo Único. São consideradas zonas de estruturação e consolidação urbana, as áreas restantes, que não foram inseridas em nenhuma outra zona, em razão de suas características e perfil bem definidos e devidos a natureza ambiental, social, cultural, geográfica econômica dentre outras.

Art. 82 - O poder executivo municipal deverá promover a consolidação da infra-estrutura e serviços públicos desta zona de forma equânime em todos os setores inseridos na mesma, de modo a proporcionar a justa distribuição dos ônus e bônus decorrentes de tais benefícios.

§ 1°. - O disposto no ***caput*** do art. 80, também deverá levar em consideração a proporcionalidade da oferta de infra-estrutura e serviços públicos para com as outras zonas, de modo a evitar benefícios a esta zona, ou em qualquer caso;

§ 2°. - O Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC deverá intervir de modo a evitar a desproporcionalidade na oferta da infra-estrutura e serviços públicos descritos no § 1°, "***in fine***", do art. 80.

Subseção VII

Zona Pretendida para Expansão Urbana

Art. 83 - Trata-se da Zona composta pelas áreas rurais de entorno imediato ao núcleo urbano consolidado, mapa "6", caracterizando-se pela transição de uso e interesse de parcelamento para fins de ocupação urbana.

§ 1º. - Para efeito de ordenamento territorial as áreas inseridas nesta zona serão consideradas como área de expansão urbana secundária.

§ 2º. - São áreas sujeitas à negociação e articulação junto aos proprietários particulares, ao INCRA e demais órgãos afins.

§ 3º. - O parcelamento das propriedades caracterizadas no "***caput***" deste artigo, não isenta a aplicação das determinações previstas no "***caput***" do § 2º do art. 61 (Macrozona Rural) desta lei.

§ 4º. - São consideradas zonas de Entorno Urbano Imediato ou Periurbanas, aquelas contíguas às zonas urbanas e que se apresentam em processo de conversão de uso da terra e da reestruturação fundiária acelerado, para fins de expansão urbana.

Seção II

Do Zoneamento das outras localidades urbanas

Art. 84 - A Macrozona Urbana das demais localidades identificadas como urbanas descritas no mapa do macrozoneamento A5, contempladas nos incisos I e II do art. 61, estarão sujeitas a definição de Zoneamento Urbano, a partir do estudo socioeconômico, físico-territorial e ambiental a ser desenvolvido pela equipe técnica do poder público municipal, para subsidiar a elaboração da proposta de Zoneamento destes Núcleos Urbanos, a ser pactuada pelo Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC, instituída pela legislação municipal específica.

CAPITULO IV

DO PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Art. 85 - Os Núcleos Urbanos Consolidados ou em Consolidação, serão ordenado por meio do parcelamento, uso e ocupação do solo, atendendo as funções econômicas e sociais da cidade, compatibilizado desenvolvimento urbano, sistema viário, características ambientais e da infra-estrutura instalada.

Art. 86 - Nos termos fixados em lei municipal específica a ser elaborada, em consonância com os objetivos de cada Macrozona Urbana, o Município poderá exigir que o proprietário de imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de aplicar os mecanismos previstos na Lei Federal nº.10.257|01:

I - parcelamento, edificação ou utilização compulsório;

II - imposto predial e territorial progressivo no tempo;

III - desapropriação.

§ 1º. - A aplicação dos mecanismos previstos no ***caput*** deste artigo, e nos incisos I a III, se dará em imóveis em que haja predominância de condições favoráveis de infra-estrutura, topografia e qualidade ambiental para adensamento, conforme o objetivo de cada zona, cujos critérios serão definidos na lei municipal específica;

§ 2º. - Serão considerados imóveis sub-utilizados os lotes ou glebas edificadas que possuam coeficiente básico de aproveitamento inferior ao definido na lei municipal específica;

§ 3º. - Para efeito desta lei, considera-se coeficiente de aproveitamento a relação entre a área construída e a área do terreno.

Art. 87 - O poder público municipal juntamente com o Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC deverá definir em legislação específica critérios para uso e ocupação do solo, identificando os limites municipais de bairros, distritos e nos aglomerados urbanos da zona rural.

Art. 88 - São diretrizes da política de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo:

I - combate à utilização inadequada de imóveis urbanos e à proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;

II - combate ao parcelamento do solo, à edificação ou uso excessivo ou inadequado em relação à infra-estrutura urbana;

III - redução da retenção especulativa de imóveis urbanos que resulte em subutilização ou não utilização;

IV - revitalização das áreas urbanas deterioradas, redução da poluição (sonora, olfativa, visual e ambiental) e da degradação ambiental.

Art. 89 - São Ações Estratégicas:

I - elaborar ou atualizar o cadastro técnico municipal para servir de fonte de dados para elaboração de estudos e legislações urbanísticas;

II - realizar estudo específico para definição de medidas destinadas à recuperação e preservação da qualidade das áreas já consolidadas a evitar a poluição e a degradação dos recursos naturais existentes nas áreas urbanas.

Art. 90 - Até a instituição da legislação municipal específica, para fins de parcelamento, uso e ocupação do solo serão adotadas as determinações da Lei

Federal 6766/79, modificada pela Lei 9785/99, que proíbe o parcelamento do solo para fins urbanos nos seguintes casos:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos as inundações;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com materiais nocivos à saúde;

III - em terrenos com declividade superior a 30% (trinta por cento);

IV - em terrenos com condições geológicas impróprias;

V - em áreas de preservação ecológica.

CAPÍTULO V

DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

Art. 91 - Lei Municipal especifica, baseada neste Plano Diretor, delimitará as áreas onde incidirão os instrumentos previstos nos arts. 21, 25, 28, 29, 32 e 35 da Lei Federal nº 10.257|01 - Estatuto da Cidade, assim como, os critérios para a aplicação dos mesmos.

Parágrafo Único. Cabe ao município, instituir lei municipal para os instrumentos urbanísticos previstos, visando à melhoria do ordenamento e controle da ocupação dos espaços urbanos.

CAPITULO VI

DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

Art. 92 - A política de acessibilidade, mobilidade e transporte municipal têm o compromisso de facilitar o deslocamento e a circulação da população, bens e serviços em todo o território municipal, com o objetivo de promover a integração entre as diversas localidades, em especial nos períodos chuvosos, priorizando os investimentos na recuperação e manutenção do sistema viário principal, inclusive as vicinais, indicado no mapa A8 do anexo IV.

Art. 93 - O poder público municipal deve orientar o crescimento e adensamento dos núcleos urbanos e urbanizáveis com a finalidade de facilitar o deslocamento e a circulação da população, bens e serviços entre as diversas áreas do território municipal.

Seção I

Do Sistema Viário

Art. 94 - A política de investimentos em infra-estrutura territorial e urbana, referente à recuperação, manutenção e estruturação do sistema viário deverá obedecer as seguintes diretrizes:

I - garantir trafegabilidade nas vias de acesso intra e intermunicipal;

II - implantações e manutenção de vias de escoamento;

III - priorizar os investimentos no sistema viário principal;

IV - assegurar condições de drenagem das vicinais e construções de pontes e bueiros.

Art. 95 - Para a consecução destas diretrizes, devem ser adotadas as seguintes ações estratégicas:

I - captar recursos junto aos órgãos estaduais ou federais para implantação e manutenção de vias de acesso;

II - realizar estudos com finalidade de melhorar o escoamento nas vias;

III - manutenções periódicas do sistema viário em todo território municipal;

IV - melhorar a qualidade das vias de acesso na zona urbana e rural;

V - estabelecer que o Poder Público Municipal, garanta ao setor produtivo o escoamento da produção local, assim como a pavimentação das vias públicas, urbanas e rurais.

Seção II

Da Gestão do Transito

Art. 96 - O poder executivo municipal com a participação do Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC, deverá elaborar o Projeto de Municipalização do Trânsito, mediante as seguintes diretrizes:

I - organizar o trânsito de veículos e pedestres com a finalidade de evitar acidentes;

Rua da Rodoviária, 30, Centro, Km 2, CEP.: 68.524-000 - Fone: (094) 3347 1114 - Eldorado do Carajás - Pará

II - sistematizar o uso das ruas comerciais;

III - assinar convênios com órgãos estaduais, visando à segurança de condutores de veículos e pedestres;

IV - sinalização nas avenidas, ruas e travessas;

V - através de estudos, identificar as vias comerciais de mão única;

§ 1°. - Os recursos advindos da fiscalização do trânsito, serão prioritariamente destinados para gestão do trânsito e estruturação do órgão responsável.

§ 2°. - Os objetivos e diretrizes deste Plano Diretor para a gestão do transito deverão considerar os planos, programas e projetos setoriais, que serão definidos com detalhamento desta lei, com vistas a integração de ambos no que couber, especialmente:

a) - o zoneamento urbano da sede;

b) - aos instrumentos urbanísticos contemplados neste Plano Diretor;

c) - nos demais planos setoriais, onde couber, respeitado a sustentabilidade ambiental e social.

VI - Promover campanhas de educação no trânsito em parceria com as Secretarias de Educação, Saúde, Meio Ambiente e Obras, privilegiando atividades no ambiente escolar.

CAPÍTULO VII

DO SANEAMENTO

Art. 97 - A Política de Saneamento Básico baseada no abastecimento de água, esgoto sanitário, drenagem de águas pluviais e o lixo têm por objetivo reduzir o impacto ambiental causados pela destinação inadequada de agentes poluentes no meio ambiente e a oferta de melhor qualidade de vida para a população de Eldorado do Carajás.

§ 1º. - O poder executivo municipal terá como meta a implantação de programa de saneamento básico, prevendo o atendimento de pelo menos 60% das unidades residenciais e não residenciais, durante os próximos 10 (dez) anos.

§ 2º. - O Município de Eldorado do Carajás, poderá terceirizar os serviços públicos de saneamento básico e coleta de lixo;

Seção I

Da Drenagem

Art. 98 - A Política de Saneamento Básico, no que se refere à drenagem pluvial, tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população através do saneamento de forma planejada a médio e longo prazo para investimento e pactuado com o Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal elaborará, estudos técnicos para identificar as áreas necessárias para instalação de drenagens.

Seção II

Do Abastecimento de Água

Art. 99 - A Política de Saneamento Básico, no que se refere ao abastecimento de água, tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população através do saneamento de forma planejada a médio e longo prazo para investimento e pactuado com o Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC.

Art. 100 - No que se refere ao abastecimento de Água deverá ser seguido tais diretrizes:

I - universalizar o acesso à água potável e de qualidade do sistema municipal;

II - assegurar à população oferta domiciliar de água para consumo residencial e outros usos em quantidade suficiente para atender as necessidades básicas e de qualidade compatível com os padrões de potabilidade;

III - ampliar a estrutura de rede de abastecimento de água como forma de minimizar a incidência de doenças causadas por ingestão de água não adequada para o consumo humano sem prévio tratamento;

IV - criar mecanismos para proteção e recuperação dos mananciais, observando as diretrizes e ações estratégicas descritas no Título II, Capítulo I, Seção II, desta Lei, que trata do meio ambiente;

V - desenvolver de forma articulada com a iniciativa privada os estudos das águas subterrâneas do município, incluindo cadastramento e aferição da qualidade das águas e poços;

VI - melhoria e ampliação do sistema de abastecimento de água na zona urbana e aglomerados urbanos na zona rural;

VII - recuperar e ampliar o sistema de reservação de água existente na sede do município;

VIII - implantar microsistemas de abastecimento de água na zona rural;

IX - implantar sistema de tratamento de água para consumo humano;

X - coibir o uso inadequado de água que foi preparada para o consumo humano;

XI - captar recursos para a implantação de estações de tratamento de Água (ETA) nos núcleos urbanos, em zonas de expansão urbana e de urbanização específica, dentro das normas estabelecidas pelas operadoras;

XII - criação de campanhas sócio-educativas voltadas à população no sentido de orientar acerca da importância do consumo de água tratada e combate ao desperdício;

Seção III

Do Esgotamento Sanitário

Art. 101 - A Política de Saneamento Básico, no que se refere ao esgotamento sanitário, tem por objetivo alcançar a salubridade ambiental, promovendo a disposição sanitária de uso do solo, no controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializados nesta área, de modo a proporcionar uma vida mais salutar para a população.

Art. 102 - Em atendimento aos objetivos da política de esgotamento sanitário, o município deverá adotar as seguintes diretrizes:

I - investir prioritariamente no serviço de esgotamento sanitário, de forma a impedir a degradação ambiental e o contato direto no meio onde se permaneça ou se transite;

II - desenvolver estudos em parceria com a iniciativa privada para a elaboração do projeto implantação de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE e de ações

mitigadoras para reduzir os impactos ambientais decorrentes da destinação inadequada de dejetos sanitários;

III - criar programa de orientação em saneamento básico para a população, visando à adequação das fossas negras e de disposição final de esgotos, conforme padrões estabelecidos nos códigos de vigilância sanitária, obras e posturas.

Art. 103 - São ações estratégicas:

I - elaborar o projeto de esgotamento e tratamento sanitário para identificar os custos de sua implantação por etapas;

II - captar recursos junto aos órgãos afins para implantar a rede de esgoto e tratamento sanitário;

III - coibir, a curto prazo, a canalização de fossas domésticas, comerciais e industriais na rede de drenagem pluvial.

Parágrafo Único. Deverá ser elaborado Código de Posturas do Município, afim de fazer cumprir o determinado nesse inciso e nos demais casos.

IV - ampliar o sistema de captação de águas pluviais, iniciando pelas áreas de risco e coibindo a canalização indevida de esgoto sanitário e a contaminação de qualquer espécie dos recursos hídricos;

V - promover campanhas sócio-educativas orientando a população sobre a importância da educação ambiental e sanitária;

Seção IV

Dos Resíduos Sólidos

Art. 104 - A Política de Saneamento Básico, no que se refere à coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, tem por objetivo alcançar o saneamento e salubridade ambiental, promovendo a disposição adequada dos resíduos sólidos, líquidos e gasosos, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural.

Art. 105 - Em atendimento aos objetivos dos resíduos sólidos, o município deverá adotar as seguintes diretrizes:

I - elaborar Plano de Manejo dos Resíduos Sólidos, com diagnóstico de todo o ciclo produtivo dos resíduos no município;

II - reestruturar o sistema de limpeza pública, de modo a melhorar o atendimento e ampliar para áreas não atendidas;

III - garantir a oferta adequada de serviços de coleta e destinação final dos resíduos sólidos e esgotamento sanitário, de forma a impedir a degradação ambiental e o contato direto no meio onde se permaneça ou se transite;

IV - promover o manejo adequado e a destinação final dos resíduos sólidos.

Art. 106 - São ações estratégicas:

I - realizar estudos de impacto ambiental e de vizinhança para definição da localização do aterro sanitário que deverá ser implantado como prioridade das metas deste Plano Diretor;

II - captar recursos junto aos órgãos federais e estaduais para implantar o aterro sanitário e o sistema de limpeza pública;

III - buscar parceria para implantar Usina de Reciclagem de lixo como mecanismo para geração de emprego e renda;

IV - executar campanhas de educação ambiental visando envolver a população no manejo adequado dos resíduos.

TITULO V

DA GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Seção I

Da Estrutura Administrativa

Art. 107 - O poder executivo municipal deverá investir na modernização da gestão pública, com a finalidade de estruturar um sistema eficiente de planejamento e gerenciamento da administração.

Art. 108 - O Poder executivo municipal deverá criar a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, com vistas a executar as atividades de implementação deste Plano Diretor.

§ 1º. - Deve haver uma reforma na Lei de Estrutura Administrativa do Município com o objetivo de criar um núcleo exclusivo para o Plano Diretor dentro da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

§ 2º. - O núcleo do Plano Diretor a ser criado terá rubrica orçamentária própria.

Art. 109 - Deverão ser seguidas as diretrizes, tendo em vista um modelo de gestão pública eficiente:

I - reestruturação e atualização do sistema municipal de planejamento, visando integrar os dados e informações geradas pelas diversas instituições e órgãos, disponibilizando seu amplo acesso à comunidade;

II - garantir o aperfeiçoamento da gestão pública orientada para a eficiência e a eficácia das ações, programas e projetos executados.

Art. 110 - São ações estratégicas que visam à modernização da gestão pública do município:

I - criar Banco de Dados integrando as informações geradas por todos os organismos municipais, estaduais e federais, além de instituições de pesquisa;

II - implantar um departamento de Cadastro Único programa de qualificação do servidor público municipal, designando para assumir essa responsabilidade;

III - formular indicadores para monitoramento e procedimentos de avaliação das políticas públicas, de forma participativa e ampla a ser discutida com o Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC;

IV - implantar o Diário Oficial do Município como mecanismo de divulgação dos atos administrativos do Poder público municipal local;

V - implantar o programa de adoção do software livre para todos os órgãos da administração municipal direta e indireta, como mecanismo para combater os desperdícios.

Seção II

Dos Tributos

Art. 111 - O poder executivo municipal deverá priorizar a instituição, revisão, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, com a finalidade de diminuir a hiposuficiencia em relação aos recursos da União e do Estado.

Art. 112 - O município deverá remodelar a política tributária atual, com vistas à revisão dos instrumentos legais e técnicos existentes ou elaboração de leis urbanísticas que possam subsidiar a promoção da justiça fiscal dos tributos municipais e no aumento da capacidade arrecadatória local.

Art. 113 - São diretrizes da política tributária municipal:

I - adotar modelo de administração participativa que garanta o acesso popular aos processos de tomada de decisão;

II - aplicar o princípio da progressividade no tributo patrimonial urbano, garantindo, através de legislação própria, sua utilização como instrumento para reforma urbana, nos moldes estabelecidos no Estatuto da Cidade;

III - aumentar a capacidade arrecadatória de tributos locais, diminuindo a dependência do repasse de recursos não obrigatórios.

Art. 114 - São ações estratégicas:

I - reestruturar e atualizar o cadastro imobiliário urbano;

II - elaborar a PVG - Planta de Valores Genéricos;

III - elaborar a Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo;

IV - instituir a Lei de Perímetro Urbano;

V - instituir o Código de Obras;

VI - instituir o Código de Posturas;

VII - elaborar as normas urbanísticas que servirão de base para aplicação dos instrumentos do Plano Diretor;

VIII - dar suporte administrativo e técnico à implementação do controle tributário municipal;

IX - implementar o sistema de controle interno do Poder Público Municipal, integrando o sistema de compras de todos os órgãos da administração direta e indireta;

CAPÍTULO II

DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES

Art. 115 - O Poder Executivo Municipal deverá implementar o Sistema Municipal de Informações que irá manter atualizado o Cadastro Único observando as seguintes diretrizes:

I - reunir informações de natureza imobiliária, tributária, patrimonial, ambiental, socioeconômica e cultural e outras de interesse para gestão municipal, inclusive sobre planos, programas e projeto;

II - garantir a padronização, integração e migração de dados entre os diversos sistemas existentes na administração municipal;

III - promover revisão e adequações necessárias nas divisões administrativas, a fim de garantir a unicidade e multifinalidade da base de dados do sistema em questão.

Art. 116 - Os agentes públicos e privados, em especial os concessionários de serviços públicos que desenvolvem atividades no município, deverão fornecer ao executivo, no prazo que este fixar, todos os dados e informações que forem consideradas necessários ao sistema de informações.

Art. 117 - É assegurado, a qualquer cidadão, o direito a ampla informação sobre os conteúdos de documentos, informações, estudos, planos, programas e projetos, ressalvadas as situações em que implica o sigilo imprescindível a segurança do cidadão e do município.

Art. 118 - O Sistema de Informações Municipais tem como objetivo fornecer informações para o planejamento, o monitoramento, a implementação e a avaliação da política territorial e urbana, subsidiando a tomada de decisões ao longo do processo.

Parágrafo Único. O Sistema de Informações Municipais deverá conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município.

Art. 119 - O Sistema de Informações Municipais deverá obedecer aos princípios:

I - da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;

III - democratização, publicização e disponibilização das informações, em especial as relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do Plano Diretor;

CAPÍTULO III

DO SISTEMA DE GESTÃO DO PLANO DIRETOR

Seção I

Do Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC

Art. 129 - Fica criado o Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC, órgão consultivo e deliberativo em matéria de natureza urbanística, de política urbana e territorial, composto por representantes do Poder público municipal e da Sociedade Civil.

Art. 121 - O Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC será composto considerando a proporcionalidade dos diversos segmentos da sociedade, observando a composição do maior conselho existente no município, com um total de 12 (doze) conselheiros, acrescido de 1/3 (um terço), totalizando assim, 16 (dezesseis) conselheiros, distribuídos em 40% (quarenta por cento) para o Poder Público Municipal e 60% (sessenta por cento) para a Sociedade Civil organizada, da seguinte forma:

I - 05 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal os respectivos suplentes;

II - 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal e o respectivo suplente;

III - 02 (dois) representantes das Igrejas;

IV - 06 (seis) representantes de Cooperativas e Associação e os respectivos suplentes;

V - 01 (um) representante de Sindicados e o respectivo suplente;

VI - 01 (um) representante de Prestadores de Serviços e o respectivo suplente;

§ 1°. - Os dirigentes de órgãos públicos não poderão ser escolhidos para representar espaços da sociedade civil ou do setor produtivo.

§ 2°. - As deliberações do Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC serão feitas por maioria simples.

Art. 122 - Compete ao Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC:

I - acompanhar a implementação do Plano Diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;

II - deliberar e emitir pareceres sobre proposta de alteração da Lei do Plano Diretor;

III - acompanhar a execução de planos e projetos de interesse do desenvolvimento urbano, inclusive os planos setoriais;

IV - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política urbana e territorial, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal;

V - acompanhar a aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos no Estado das Cidades, quando houver a necessidade de aplicação;

VI - aprovar e acompanhar a implementação das Operações Urbanas Consorciadas;

VII - zelar pela integração das políticas setoriais;

VIII - deliberar sobre as omissões e casos não perfeitamente definidos pela legislação urbanística municipal;

IX - convocar, organizar e coordenar as conferências municipais de desenvolvimento urbano e sustentável;

X - convocar audiências públicas;

XI - elaborar e aprovar o regimento interno.

Art. 123 - O Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC poderá instituir câmaras técnicas e grupos de trabalho específicos.

Art. 124 - O Poder Executivo Municipal disponibilizará suporte técnico e operacional exclusivo ao Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC, necessário ao seu pleno funcionamento.

Seção II

Da Conferência Municipal

Art. 125 - As Conferências Municipais ocorrerão ordinariamente a cada dois (2) anos, e extraordinariamente quando convocadas pelo Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC.

Parágrafo Único. As conferências municipais serão abertas à participação de todos os cidadãos do Município.

Art. 126 - A Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável deverá, dentre outras atribuições:

I - apreciar as diretrizes da política territorial e urbana do Município;

II - debater os relatórios anuais de gestão da política territorial e urbana, apresentando criticas e sugestões;

III - sugerir ao Executivo Municipal adequações nas ações estratégicas destinadas a implementação dos objetivos, diretrizes, planos programas e projetos;

IV - deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;

V - sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor Municipal Participativo, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

Seção III

Das Audiências Públicas.

Art. 127 - As Audiências serão realizadas sempre que necessário, com o objetivo de consultar a população sobre as questões urbanas e territoriais relacionadas à determinada territorialidade, de forma a ampliar o debate e dar suporte à tomada de decisões do Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 128 - Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, gerido pelo Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC, será constituído pelos seguintes recursos:

I - recursos próprios do Município;

II - transferências intergovernamentais;

III - transferências de instituições privadas;

IV - transferências do exterior;

V - transferências de pessoa física;

VI - receitas provenientes da aplicação dos instrumentos urbanísticos que o município vier adotar;

VII - doações;

VIII - outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 129 - O Prefeito Municipal de Eldorado do Carajás deverá encaminhar à Câmara Municipal projeto de Lei de reestruturação das Secretarias Municipais no prazo máximo de 08 *(oito)* meses, a partir da entrada em vigor desta lei.

Art. 130 - O poder executivo municipal deverá propor estudos técnicos para implantar, num prazo máximo de oito (oito) meses, encaminhando a Câmara Municipal, as seguintes medidas:

I - Projeto de Lei que irá instituir os Códigos de Posturas e de Obras;

II - Projetos de Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo e Perímetro Urbano;

Art. 131 - É facultado o Poder Executivo Municipal propor estudos técnicos de implementação e reestruturação das Leis Municipais a seguir:

I - Código Tributário Municipal, Vigilância Sanitária, o Plano Plurianual e demais normas afins, em função das diretrizes do Plano Diretor Municipal.

Art. 132 - Poderá o Poder Público Municipal, no prazo de três (03) anos e havendo necessidade imperiosa superveniente, propor a revisão deste Plano Diretor, observados o disposto na Lei 10.257/01 e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 133 - Fica o Poder Público Municipal obrigado a instituir o Conselho da Cidade de Eldorado do Carajás - CONCEC num prazo de 60 (sessenta) dias após a aprovação da Lei do Plano Diretor Municipal Participativo.

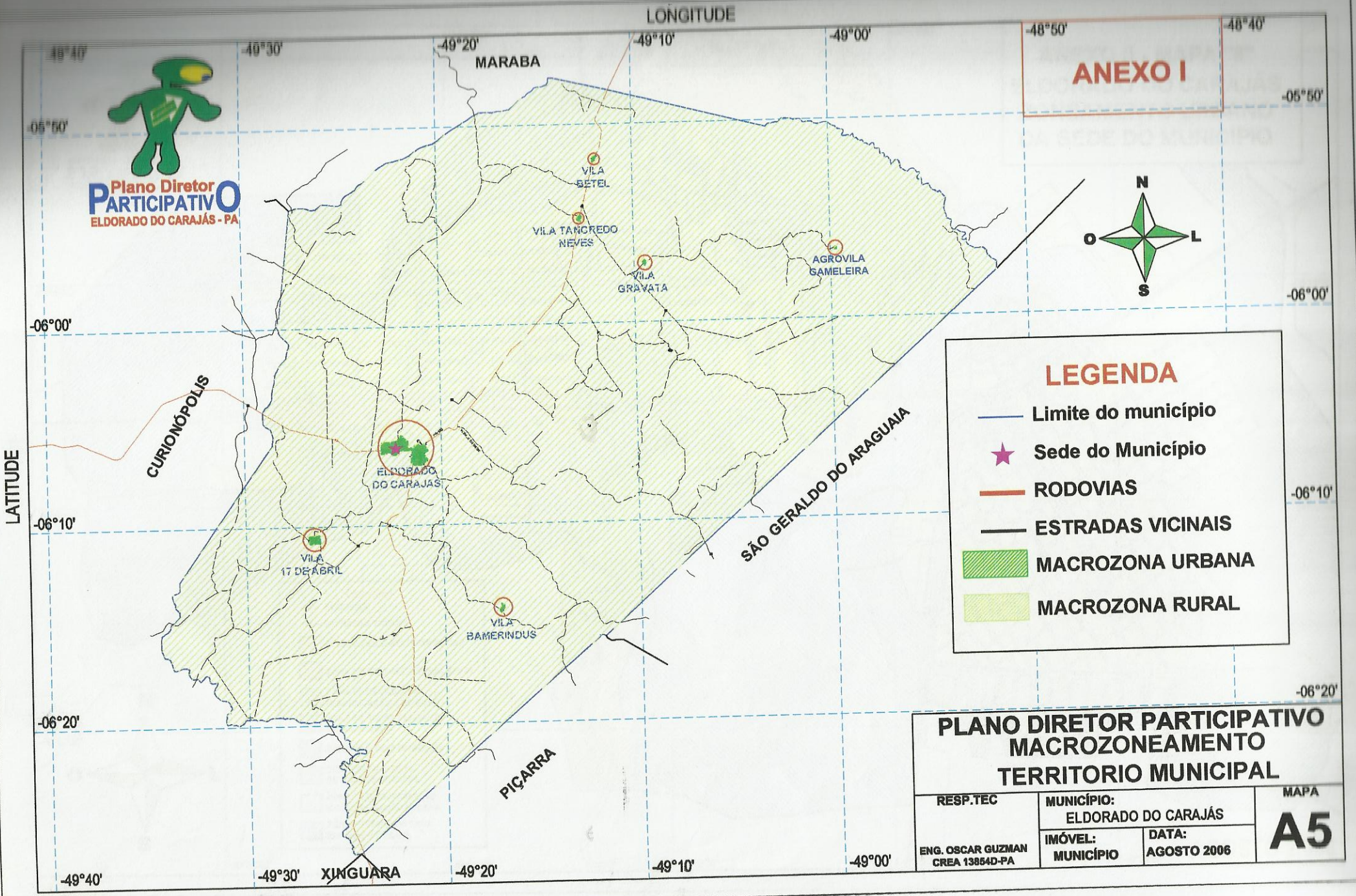
Art. 134 - O poder executivo municipal Implantará o Orçamento Participativo a partir da elaboração da LOA de 2008 e das demais normas orçamentárias, criando mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e sua aplicação pela comunidade.

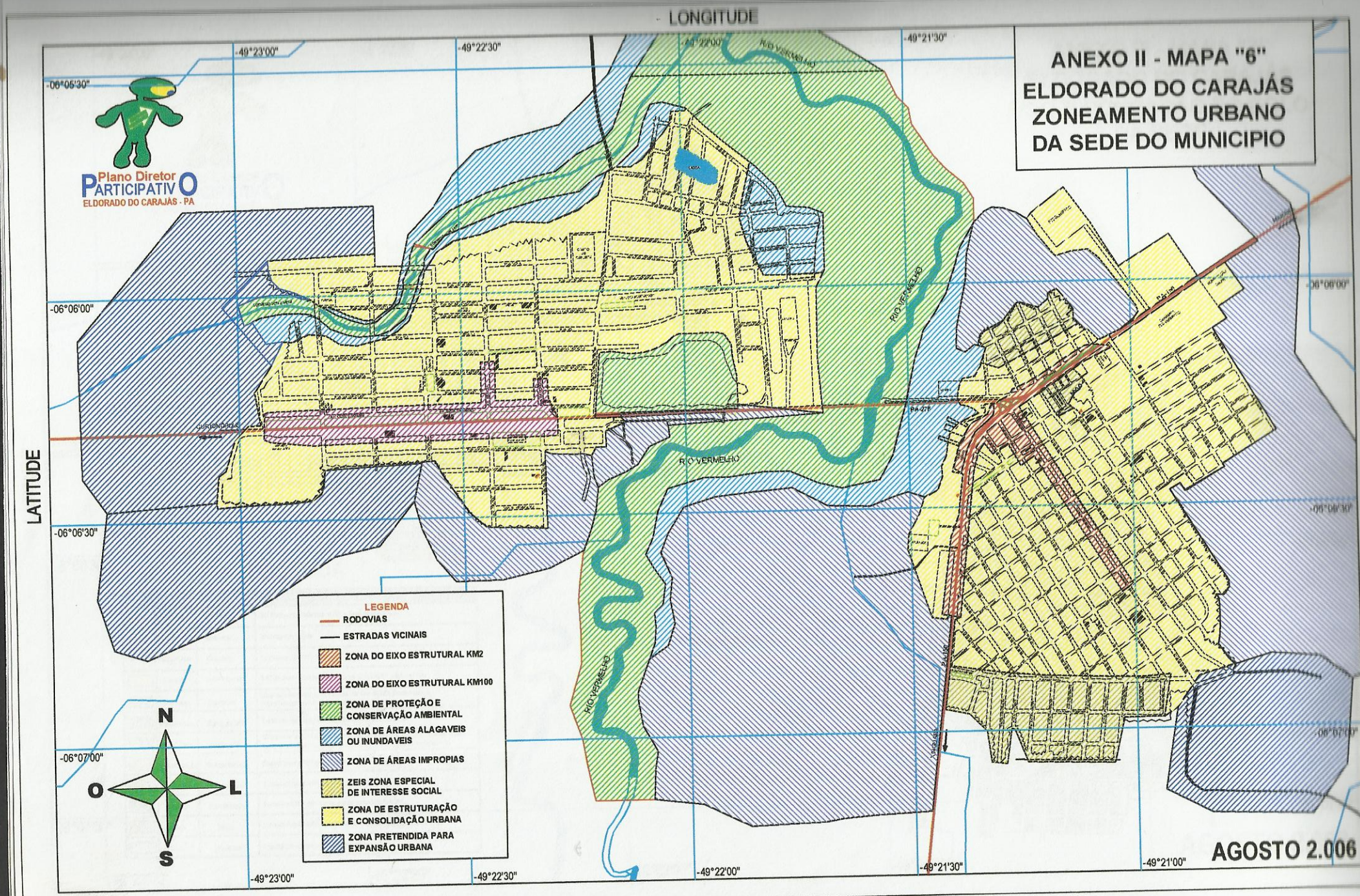
Art. 135 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Eldorado do Carajás, PA, 09 de outubro de 2.006.

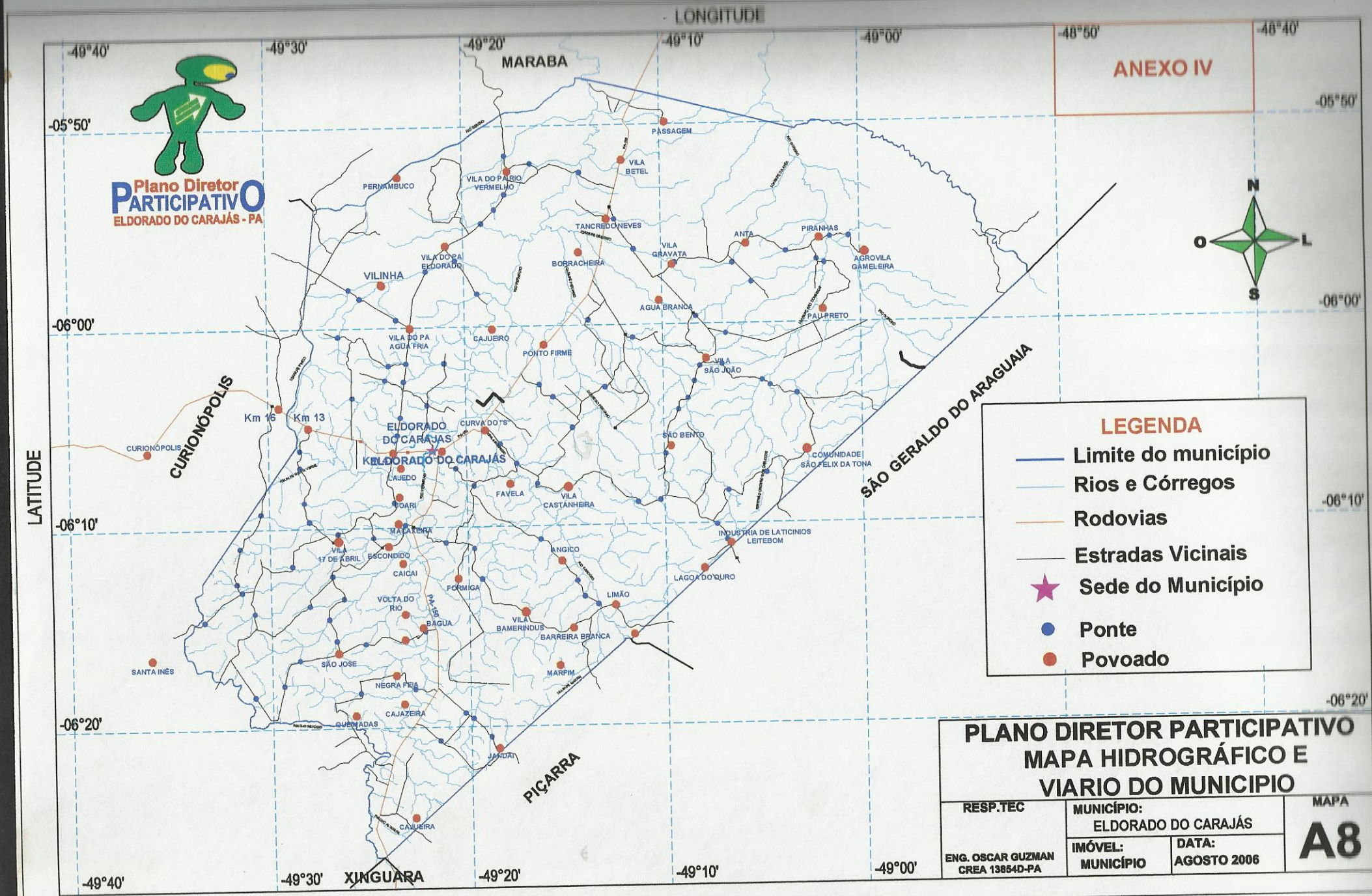
JOÃO DE CASTRO BARRETO
Prefeito Municipal


LONGITUDE
LATITUDE
ANEXO I
Plano Diretor PARTICIPATIVO
ELDORADO DO CARAJÁS - PA
MARABA
VILA BETEL
VILA TANCREDO NEVES
VILA GRAVATA
AGROVILA GAMELEIRA
CURIONÓPOLIS
ELDORADO DO CARAJÁS
VILA 17 DE ABRIL
VILA BAMERINDUS
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
PIÇARRA
XINGUARA
N
O
L
S
-48°50'
-48°40'
-49°40'
-49°30'
-49°20'
-49°10'
-49°00'
-05°50'
-06°00'
-06°10'
-06°20'
LEGENDA
Limite do município
Sede do Município
RODOVIAS
ESTRADAS VICINAIS
MACROZONA URBANA
MACROZONA RURAL
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MACROZONEAMENTO
TERRITORIO MUNICIPAL
RESP.TEC
ENG. OSCAR GUZMAN
CREA 13854D-PA
MUNICÍPIO:
ELDORADO DO CARAJÁS
IMÓVEL:
MUNICÍPIO
DATA:
AGOSTO 2006
MAPA
A5


LONGITUDE
LATITUDE
ANEXO II - MAPA "6"
ELDORADO DO CARAJÁS
ZONEAMENTO URBANO
DA SEDE DO MUNICIPIO
Plano Diretor
PARTICIPATIVO
ELDORADO DO CARAJÁS - PA
-49°23'00"
-49°22'30"
-49°22'00"
-49°21'30"
-49°21'00"
-06°05'30"
-06°06'00"
-06°06'30"
-06°07'00"
RIO VERMELHO
PA-275
LEGENDA
RODOVIAS
ESTRADAS VICINAIS
ZONA DO EIXO ESTRUTURAL KM2
ZONA DO EIXO ESTRUTURAL KM100
ZONA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
ZONA DE ÁREAS ALAGAVEIS OU INUNDAVEIS
ZONA DE ÁREAS IMPROPIAS
ZEIS ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL
ZONA DE ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO URBANA
ZONA PRETENDIDA PARA EXPANSÃO URBANA
N
O
L
S
AGOSTO 2.006



COR	NOME	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO
	Vermelho	Rodovias	BR Rodovias Federais e PA´s Rodovias Estaduais
	Preto	Estradas	Vicinais Municipais
	Azul Claro	Córregos	Córregos, Grotas e Rios
	Amarelo	Habitacional	Edificações destinadas a uma ou mais habita ções por lote
	Vermelho	Comercial	Estabelecimentos com vendas diretas ou não ao consumidor, relacionadas ou não ao uso residencial
	Azul Escuro	Serviços "A"	Todos os servi ços urbanos exclu ídos os do tipo "B"
	Azul Claro	Serviços "B"	São todos os servi ços culturais, comunit ários e sociais, os de sa úde e lazer, exclu ídas as áreas verdes de uso p úblico para preserva ção
	Verde Escuro	Governamental	Repartições públicas das três esferas de governo
	Verde Claro	Recreacional	Áreas verdes p úblicas para recrea ção
	Marrom	Abandonado	Terrenos onde não estão sendo exercidas funções...
	Laranja	Misto	Caracteriza-se pela existência de mais de um tipo de uso por lote
	Cinza	Indústria	Caracteriza-se pela predominância industrial...


LONGITUDE
LATITUDE
ANEXO IV
Plano Diretor PARTICIPATIVO
ELDORADO DO CARAJÁS - PA
-49°40'
-49°30'
-49°20'
-49°10'
-49°00'
-48°50'
-48°40'
-05°50'
-06°00'
-06°10'
-06°20'
MARABA
XINGUARA
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
CURIONÓPOLIS
PIÇARRA
PASSAGEM
VILA BETEL
PERNAMBUCO
VILA DO PA RIO VERMELHO
TANCREDO NEVES
VILA GRAVATA
ANTA
PIRANHAS
AGROVILA GAMELEIRA
BORRACHEIRA
VILINHA
VILA DO PA ELDORADO
AGUA BRANCA
PAU PRETO
VILA DO PA AGUA FRIA
CAJUEIRO
PONTO FIRME
VILA SÃO JOÃO
Km 16
Km 13
ELDORADO DO CARAJÁS
CURVA DO "S"
SÃO BENTO
COMUNIDADE SÃO FELIX DA TONA
CURIONÓPOLIS
LAJEDO
FAVELA
VILA CASTANHEIRA
MACAXEIRA
INDUSTRIA DE LATICINIOS LEITEBOM
VILA 17 DE ABRIL
ESCONDIDO
CAICAI
ANGICO
LAGOA DO OURO
FORMIGA
LIMÃO
VOLTA DO RIO
PA-150
BAGUA
VILA BAMERINDUS
BARREIRA BRANCA
SÃO JOSE
MARPIM
SANTA INÊS
NEGRA FEIA
CAJAZEIRA
QUEIMADAS
JANDAI
CAJUEIRA
N
O
L
S
LEGENDA
Limite do município
Rios e Córregos
Rodovias
Estradas Vicinais
Sede do Município
Ponte
Povoado
PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
MAPA HIDROGRÁFICO E VIARIO DO MUNICIPIO
RESP.TEC
ENG. OSCAR GUZMAN
CREA 13854D-PA
MUNICÍPIO:
ELDORADO DO CARAJÁS
IMÓVEL:
MUNICÍPIO
DATA:
AGOSTO 2006
MAPA
A8